

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006671-51.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **SANDRA REGINA VIEIRA DE ANDRADE**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Sandra Regina Vieira de Andrade propôs a presente ação contra o réu Instituto Nacional do Seguro Social, requerendo a condenação deste no restabelecimento do benefício de auxílio-doença, após a alta anunciada (27/05/2015), ou sua conversão/concessão em aposentadoria por invalidez acidentária ou auxílio acidente.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 26.

O réu, em contestação de folhas 36/51, alega que a autora não exibiu provas que sua debilidade seja parcial e permanente e requer a improcedência do pedido.

Decisão de folhas 59/61 determinou a realização de prova pericial, tendo o réu apresentado seus quesitos às folhas 34/35 e a autora às folhas 64.

Réplica de folhas 56/58.

Laudo Pericial de folhas 82/86.

O réu manifestou-se sobre o laudo às folhas 94 e a autora não se manifestou (**confira folhas 96**).

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida. Inteligência do artigo 370 do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pretende a autora que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS seja condenado a conceder-lhe o benefício de auxílio-acidente. Sustenta que: a) que sofreu acidente de trabalho no dia 18/11/2014, tendo fraturado o pé direito; b) que o instituto réu concedeu-lhe o benefício de auxílio-doença previdenciário; c) que é evidente a necessidade de um maior esforço no desempenho de suas atividades habituais; d) que a alta definitiva do instituto réu se deu em 27/05/2015; que a autora faz jus ao benefício de auxílio-doença.

O laudo pericial concluiu que “*não há doença incapacitante atual. Não há redução da capacidade laborativa*”. (**confira folhas 85**)

Dessa maneira, não restou caracterizado o direito da autora ao benefício previsto no artigo 86 da Lei de Benefícios (8.213/91, alterada pela Lei nº 9.528/97), uma vez que, de acordo com o laudo pericial, não há doença incapacitante atual e nem redução da capacidade laborativa.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da Justiça Gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**